



# MBYA TEKOA

## O NOSSO LUGAR

Maria Inês Martins Ladeira

A presença atual dos índios Guarani no litoral põe em pauta novas questões relacionadas às formas estabelecidas de convívio entre os índios e os brancos (a sociedade envolvente).

O problema que se coloca é a impossibilidade de compatibilizar interesses e perspectivas antagônicas, com respeito à utilização do espaço vital da serra do Mar e suas adjacências compartilhado por ambas as sociedades. Num extremo, vê-se a especulação imobiliária desenfreada promovendo a construção de inúmeros loteamentos e condomínios de veraneio, estradas vicinais e rodovias estaduais com fins desenvolvimentistas, o fornecimento de títulos de propriedade sobre áreas de preservação natural ou de posse antiga, a comercialização irregular dos produtos da mata, a utilização irracional dos recursos naturais. Enfim, a devastação descabida e a ocupação desordenada das terras próximas ou inseridas nas reservas florestais, tão ampla quanto inutilmente denunciadas pelas entidades ambientalistas. No outro extremo, em termos de conceito e de modalidade de ocupação, encontram-se grupos humanos, entre os quais os Guarani, que, ao longo do tempo, sobrevivem nas matas da serra do Mar, mantendo com ela uma intrínseca relação de dependência cultural e econômica.

Os índios Guarani contemporâneos que vivem no Brasil podem ser classificados em três grandes grupos – Kaiowa, Nhandeva e Mbya –, conforme diferenças dialetais, de costumes e de práticas rituais. Embora em outros países – Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia – sejam encontrados

outros subgrupos Guarani, no Brasil, dada a grande dispersão causada pelos movimentos migratórios em direção ao leste, algumas diferenças culturais e lingüísticas foram atenuadas. Durante o período de colonização ibérica ou ainda com a política indigenista oficial e o contato sistemático e diversificado com a sociedade nacional, o tipo de experiência vivida por esses diversos grupos nas reduções jesuíticas interferiu significativamente no modo primitivo de organização comunitária dos Guarani, promovendo novos reagrupamentos e a miscigenação entre diversos subgrupos.

As diferenças culturais e lingüísticas dos Guarani do Brasil serviram de base para classificação proposta por Egon Schaden nos anos 50 (1).

Ainda hoje é possível verificar, em algumas aldeias, que alguns indivíduos ou famílias são originários de outros subgrupos, embora estejam integrados e adaptados à comunidade local. Assim, a divisão dos Guarani, no Brasil, em três subgrupos não se trata apenas de um formalismo classificatório, mas corresponde também a uma definição de diferença, apontada e vivida pelos próprios índios.

Os Kaiowa concentram-se em várias aldeias no Mato Grosso do Sul e no Paraguai. Apesar da ausência de registros anteriores sobre sua presença no litoral, conhecemos uma família que viveu durante alguns anos na aldeia Boa Esperança, no litoral do Espírito Santo.

Os Nhandeva vivem no Posto Indígena de Araribá, no interior do Estado de São Paulo, em várias aldeias no Mato Grosso do Sul e Paraguai e, no litoral-paulista, nas aldeias do Rio Silveira, Itariri e Bananal. Os demais subgrupos Guarani também se autodenominam Nhandeva (que quer dizer “NÓS” ou “NOSSA gente”), mas não de forma exclusiva, como os remanescentes dos bandos Tanigua, Apapocuya e outros que hoje são identificados como Nhandeva.

Maria Inês Martins Ladeira – Membro do Centro de Trabalho Indigenista – CTI e Aluna de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC.  
(1) SCHADEN, E. Aspectos fundamentais da cultura guarani. São Paulo, EDUSP, 1974.

Os Mbya estão presentes em várias aldeias nos estados do sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, no leste do Paraguai, norte da Argentina e Uruguai. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo estão estabelecidos no litoral, junto à Mata Atlântica. Alguns agrupamentos são notados ainda no Maranhão, numa área das reservas Guajajara, no Tocantins, na aldeia Karaja do Norte, em Xambioá, e no Posto Indígena Xerente, em Tocantínia.

Os Mbya não consideram os Kaiowa como povo Guarani e enfatizam as diferenças. Aos Nhandeva, a quem chamam Xiripa, fazem concessões, permitindo o casamento e compartilhando, às vezes, o mesmo território. Esta maior identificação deve-se, talvez, a uma similaridade quanto à experiência religiosa desses grupos, experiência que está na base dos movimentos migratórios em direção à costa brasileira.

A população Nhandeva no litoral é atualmente inferior à Mbya. A necessidade de alianças e de convivência harmoniosa com os Xiripa, por parte dos Mbya, está fundamentada, ao que parece, na perspectiva de ocupação dos espaços ainda possíveis de seu território tradicional junto à serra do Mar. Esta perspectiva inclui as aldeias de Itariri e Rio Silveira, onde a população Nhandeva é maior. Os Nhandeva da aldeia do Bananal (Posto Indígena de Peruíbe) são chamados de Tupi Guarani, (não são nhande, “NÓS”) pelos Mbya. Este preconceito cultural – e o conseqüente distanciamento social – deve-se em grande parte à sujeição daqueles índios à política administrativa da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Para os Mbya, a submissão dos índios à chefia do Posto é responsável pelo alto grau de mestiçagem, seqüela da perda de autonomia política da comunidade. Esta situação coloca o Posto Indígena de Peruíbe como “terra imprópria” (para os Mbya) e portanto distante de seus horizontes de ocupação. Nesse sentido, a falta de uma aproximação efetiva com os Tupi Guarani revela certo pragmatismo dos Mbya com relação à definição e escolha dos lugares que compõem seu território, onde é possível se fixarem permanente ou mesmo temporariamente (2).

Dentre os subgrupos hoje existentes no Brasil, são os Mbya que vêm dando continuidade ao processo de migração em direção à serra do Mar. Essa população é refratária às interferências externas, tanto derivadas da política indígenista praticada pela Funai, quanto das pressões exercidas pela sociedade envolvente, que vem apresentando formas de resistência surpreendentes em relação à ocupação e preservação da serra do Mar.

(2) “Para os Guarani, sua terra é identificada com a expressão TEKOHÁ (TEKOA para os Mbya). Entretanto, a semântica do TEKOHÁ corre menos pelo lado da produção econômica do que pelo de produção de cultura. TEKÓ é, conforme o significado que lhe dá MONTOYA (Tesouro da língua guarani, 1639, p. 363-366) “modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume...”. Assim, o TEKOHÁ é o lugar onde se dão as condições de possibilidade do modo de ser guarani. A terra concebida como TEKOHÁ é antes de tudo um espaço sócio-político. “O TEKOHÁ significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, sociais e organização político-religiosa essenciais para a vida guarani... Ainda que pareça um paralogismo, tem-se que admitir que sem TEKOHÁ, não há TEKÓ.”: “É o lugar onde vivemos segundo nossos costumes”. MELIÁ, B. *A terra sem mal dos guarani*, 1987, p. 104-105.

“A expressão *“Tekoa porã”* está também associada a noção de *“vida livre”*, isto é, o viver que pode ser exercido em conformidade com os mandamentos divinos, sem interferência e sem conflito com os *jurujá* (brancos). Quando os Mbya definem a Serra do Mar como *“terra boa”* (TEKOA PORÁ), isso significa que ali ainda é possível reproduzir as normas tradicionais em termos de uso da terra e da relação com os parentes.” LADEIRA & AZANHA.

(3) NIMUENDAJU, C. U. *As lendas da criação e destruição do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1987.

(4) “O mar, no pensamento e cosmologia Guarani-Mbya, ocupa um lugar ambíguo: ao mesmo tempo, obstáculo a transpor para se atingir o paraíso e ponto de chegada, pois é ali, nas suas proximidades, que o seu destino pode se realizar.” LADEIRA & AZANHA. Op. cit.

Os Mbya do litoral devem ser considerados uma população especial, mesmo em relação ao restante da própria população Mbya majoritária do interior (Brasil, Paraguai, Argentina), apesar de compartilharem um mesmo ideal religioso. Além de serem ainda uma população reduzida, no próprio contexto Mbya, estão dispersos em pequenos núcleos distribuídos em uma longa faixa geográfica que se estende do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, o que implica modalidades de organização social específicas. Além desse fato, eles vêm se sujeitando a viver em condições especiais, do ponto de vista dos demais Guarani, para pôr em prática, através das migrações, seu ideal religioso. Nesse sentido, a escolha do lugar para viver parece estar também subordinada à idéia de pessoa e de localização espacial e não somente à mera idéia física de terra.

Nimuendaju (3) já observara a perseverança dos Guarani, apontada em seus relatos sobre as caminhadas em direção ao mar, que presenciou no início do século. Hoje também se comprova a insistência dos Mbya em permanecer no litoral, muitas vezes em locais desfavoráveis e inadequados do ponto de vista da subsistência e de recursos. Porém, os grupos estabelecidos no litoral possuem certo conhecimento das reações dos brancos, o que lhes permite justificar e impor sua permanência, apesar de concessões inevitáveis, sem, no entanto, terem que expor seus reais objetivos.

Além do motivo comum – a busca da terra sem mal (*yvy-maraëy*), da terra perfeita (*yvyju-miri*), o paraíso, onde para se chegar é preciso atravessar a “grande água”(4) –, o modo como os grupos familiares traçam sua história através das caminhadas, recriando e recuperando sua tradição num “novo” lugar, faz com que sejam portadores de uma experiência de vida e de sobrevivência também comuns.

Devido às migrações e à mobilidade entre as aldeias, os Mbya vivem em contínuo processo de reorganização social. E sob o determinador da busca de localização num espaço que facilite o acesso à “*yvyju-miri*”, dão forma e estrutura à sua movimentação. Desse modo e sob a observância severa das regras, esses índios conseguem, criativamente, torná-las maleáveis o suficiente para que, sem transgredi-las, possam se reproduzir cumprindo seus planos.

Os Guarani Mbya, às custas do contato antigo e intenso com os brancos, caracterizado por perseguições culturais e físicas, desenvolveram vários mecanismos para guardar e viver suas tradições culturais e religiosas, garantindo sua reprodução enquanto povo e etnia. Seus métodos não excluíram o convívio inevitável com o branco, com quem sempre procuraram manter um relacionamento amistoso. A demonstração de respeito aos costumes e religiões alheios, o modelo de trajar-se copiado da população regional significavam, mais do que a submissão a um processo contínuo de aculturação, uma estratégia de autopreservação. Desta forma, sob o traje que encobre diferenças profundas, os Guarani tentaram, embora nunca renegando sua condição de índios, com tolerância e intencional opacidade, resguardar-se de novas feridas.

Discretos e ocultos, vivem há um tempo incalculável integrados à natureza, único sistema possível e real. Todo um universo, invisível aos nossos olhos, acontece onde as bases de sustentação encontram-se no equilíbrio entre o uso e a necessidade, numa organização espacial cuidadosa e detalhista quanto à utilização dos recursos naturais, numa divisão social dos espaços calcada na reciprocidade entre os grupos familiares. A desarmonia ambiental sempre deflagra



Índio Guarani – Mbya da  
Aldeia Morro da Saudade  
em São Paulo.

uma crise moral e social que prejudica a permanência de um grupo no lugar.

O que há de especial no relacionamento dos Mbya com a sociedade nacional hoje é a rapidez e a agressividade com que vêm comprometer-se seu modo de viver, devido à falta de opções para se fixarem e recriarem suas aldeias.

A devastação das florestas, a abertura das estradas que cortam aldeias antigas no litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, descaracterizando trilhas usadas no cotidiano, as que ligam aldeias e caminhos percorridos por levadas migratórias vindas do sul, correram aceleradas nos últimos 15 anos. Em consequência desse processo, a arma da semelhança com os brancos tão sabiamente usada pelos Guarani em sua própria defesa, ironicamente, passou a ser usada contra eles pelos interesses especulativos da sociedade dominante com respeito às terras indígenas.

Não mais ocultos sob as vestes da floresta, inevitavelmente eles aparecem diante de nós vestidos sobre a nudez cada vez mais escancarada da quase ex-Mata Atlântica.

Sob o pretexto das vestes dos Guarani, a sociedade se desveste de responsabilidades, o Estado relaxa quanto ao estabelecimento de um tratamento realmente diferenciado no tocante à garantia das terras. Através de argumentos irresponsáveis e discursos infundáveis sobre os estágios de integração das comunidades indígenas, às quais corresponderia maior ou menor direito à terra, escamoteiam-se inte-

resses diversos, pondo em risco o destino das poucas porções de terras que restaram aos Guarani preservar.

Os processos de reconhecimento e de demarcação das áreas Guarani do litoral (São Paulo e Rio de Janeiro), a despeito do apoio que vêm recebendo dos governos estaduais, por força e intermédio das iniciativas e de um trabalho anterior e concomitante das entidades indigenistas (CTI – Cimi – Cadirj), obedecem a um modelo conservador e incoerente com os princípios e a ética Guarani em relação ao uso da terra.

*"E nós, nós,  
nós pequenos homens  
nós, guaranis...  
'Eles' são gente rica,  
têm plantações de paraíso,  
ervais, pinheirais:  
essas coisas nós não teríamos que plantar,  
não sabemos vendê-las  
não teríamos que vender.  
Nós não fomos feitos para  
ser vendedores de árvores...  
E os senhores, que por uma arvorezinha  
já estão brigando!  
É verdade!  
Mesquinham por causa das árvores mais insignificantes.  
Quem fez as árvores  
Quem colocou a terra, não briga pela terra...  
Mas, debaixo do firmamento  
estão brigando pela terra:  
'É para mim', assim dizem." (5)*

(5) Trecho do discurso de Benito Ramos, Mbya-Guarani de Misiones Argentina, com referência ao "estrangeiro dominador, todo-poderoso, os que mesquinham tudo extremadamente, enquanto os Mbya não sabem mais absolutamente onde não acender seus fogos, onde não de ter suas alegrias, onde irão elevar suas fogueiras sagradas." RAMOS, B. *El canto resplandeciente*. Buenos Aires, Ed. del Sol, 1984.

QUADRO GERAL DAS ALDEIAS DO "LITORAL"  
(SP, RJ, ES)

Aldeia	Distrito ou Bairro	Município	Comarca	UF	Área em Ha	Subgrupo Dominante
Morro da Saudade ou "Barragem"	Parelheiros	São Paulo Zona Sul	São Paulo	SP	26,30	Mbya
Crucutu	Barragem	São Paulo Zona Sul	São Paulo	SP	25,88	Mbya
Mboi-Mirim	Mboi-Mirim	São Paulo Zona Sudoeste	São Paulo	SP	17,69	Mbya
Jaraguá	Jaraguá	São Paulo Zona Noroeste	São Paulo	SP	1,22	Mbya
Rio Branco	Aguapeú	Itanhaém	Itanhaém	SP	2.856,10	Mbya
Itariri	Araribá	Itariri	Itanhaém	SP	1.212,47	Nhandeva
Bananal (PI Peruíbe)	Bambu	Peruíbe	Itanhaém	SP	485	Nhandeva Mbya
Rio Silveira	Barra do Una	São Sebastião	São Sebastião	SP	948,40	Nhandeva
Boa Vista	Promirim	Ubatuba	Ubatuba	SP	801	Mbya
Araponga ou "Patrimônio"	Patrimônio	Parati	Parati	RJ	-	Mbya
Itatinga ou "Bracuí"	Bracuí	Angra dos Reis	Angra dos Reis	RJ	700	Mbya
Boa Esperança (PI Caieiras Velhas)	Santa Cruz	Aracruz	Aracruz	ES	1.519	Mbya

FONTE: LADEIRA & AZANHA, Op. cit., p. 43.

NOTAS: A área da aldeia do Bananal (PI Peruíbe), foi demarcada pelo Decreto Estadual de 24/10/27. A área de Caieiras Velhas foi demarcada pela Funai em 27/10/83 e a área da aldeia Itatinga foi delimitada pela Funai em 1983 e está atualmente em fase de demarcação através do Convênio Funai-Seaf RJ. Com exceção das aldeias do Mboi-Mirim e Araponga, as demais áreas Guarani foram homologadas, em 1987, por força do Convênio Funai - Sudelpa SP. O número em hectare do PI Caieiras Velhas refere-se à área total do Posto Indígena, onde vivem os Tupiniquim e Guarani, sendo que a área da aldeia Boa Esperança, ocupada pelos Guarani, é bastante inferior à área ocupada pelos Tupiniquim. População 1987 = 1000.

Ao refletir sobre a importância da serra do Mar como espaço vital para os Guarani, deve-se tentar apreender como se processam os conceitos de terra e de território sugeridos pela mobilidade e pela dinâmica social dos Mbya do litoral.

Para eles, o espaço necessário à sua sobrevivência cultural é muito bem definido, apesar de incompatível com divisas, cercas, arames, marcos. Compreende, no plano terreno, as aldeias Mbya existentes hoje (inclusive as do interior), as que deixaram de existir, as terras com os requisitos necessários para que possam fundar novos núcleos, alguns pontos antigos e estratégicos de parada durante viagens e excursões de caça, coleta ou venda de artesanato e os vários caminhos de ligação. No plano terreno, esse espaço é o seu território (6). No plano mental é simbólico e compreende ainda outra terra, perfeita (*yvyju-mirĩ*, *yvyju-porã*), que pode ser alcançada em vida através de um empenho coletivo ou individual, mas cuja busca parece indicar a definição e os limites do território Mbya-Guarani.

O reconhecimento das áreas indígenas é feito através de um padrão único que compreende o levantamento numérico da população e o do tempo de permanência do grupo local atual, a localização das casas, das áreas utilizadas para roças, de reservas para caça e coleta, dos cemitérios, enfim,

(6) Este conceito vai ao encontro da observação do Prof. Egon Schaden que afirmou, em uma recente conversa informal, que o Guarani (Mbya) tem seu território nas pernas. Esse pensamento que provoca uma abordagem nova com relação à lógica de territorialidade Guarani-Mbya, não deve ser interpretado como se faltasse, à movimentação desses índios, estrutura e direção. É oportuna, entretanto a lição, implícita naquela observação, de que não compete somente à sociedade dominante definir e impor limites a esse território.

sinais de ocupação descritíveis e compreensíveis à nossa razão.

Durante o processo de delimitação das aldeias Guarani hoje existentes no litoral foi necessário concentrar esforços e atenção no levantamento técnico dessa espécie de provas. Os próprios Mbya, constrangidos e atuando contra seus princípios éticos e religiosos, precisaram participar desse processo (para contradizer os argumentos dos que afirmavam que eles não necessitavam de tanta terra e que tudo não passava de uma farsa montada pelos antropólogos e indigenistas) construindo casas junto às divisas, mudando-se com apenas parte da família, modificando seu cotidiano regado por um calendário anual e lunar ordenador das atividades de subsistência, fazendo novos arranjos políticos entre aldeias e indicando seus cemitérios, prova mais cobijada pelos brancos.

Na concepção de território dos Mbya-Guarani está implícita uma dinâmica (política, social, religiosa e econômica), entre os vários agrupamentos, essencial à reprodução de seu mundo, onde se desenvolvem relações diversas que não se coadunam com os critérios de delimitação de terras indígenas empregados pelos órgãos oficiais. Tudo indica, pois, que as soluções apresentadas sobre a regularização fundiária dessas aldeias não são definitivas, pois não foram assimiladas pelos Mbya. Ao invés de se reconhecer a movimentação dos Mbya por seu território como condição necessária à sua reprodução enquanto povo, essa dinâmica do ir e vir foi considerada, via de regra, um obstáculo para garantia efetiva de um espaço Guarani na serra do Mar.

O território Mbya no litoral deve ser analisado no conjunto de suas aldeias. Em que pese o interesse pela descrição física e geográfica de cada uma dessas aldeias (7), a vida social, em termos das relações de parentesco, casamentos e orientação religiosa, depende da reciprocidade dos grupos locais; em outras palavras, a reciprocidade determina a morfologia social Mbya. Daí o caráter pernicioso do levantamento de dados populacionais em cada aldeia, isoladamente, com o propósito de definir espaços de ocupação e tamanho de área.

A forma como os grupos familiares se organizam no seu território e o desenho de sua mobilidade entre aldeias, em função da procura de casamentos e das relações de parentesco, trazem, implícita, uma busca de equilíbrio fundada numa idéia de harmonia e prosperidade social. No entanto, a conquista e retenção dessa prosperidade podem ocorrer em momentos e circunstâncias distintas em cada aldeia. Portanto, não se observa um grau elevado de prosperidade, em muitas aldeias ao mesmo tempo, que implique aumento da população, reconhecimento unânime da chefia, participação maciça nas cerimônias religiosas, maior organização das atividades de subsistência, enfim, produtividade. A situação de crise que aflige uma delas, num dado momento, é compensada pela prosperidade de outra. Desta forma, a reprodução da sociedade Mbya do litoral como um todo é condicionada pela relação de dependência entre as várias aldeias. Em síntese, uma aldeia em crise sucumbiria não fosse a prosperidade de outra que nela projeta seus reflexos.

As onze aldeias Guarani do litoral de São Paulo e Rio de Janeiro são reconhecidas como áreas indígenas de extensão que varia entre 1 e 2.800 hectares (ver Quadro).

As aldeias inseridas na periferia de São Paulo não foram concebidas pelos Mbya como distintas e distantes das aldeias do litoral. Integravam um mesmo sistema de utilização de recursos naturais e os agrupamentos se formaram em virtude de divisões políticas e de chefia de grupos.

Os Guarani do Planalto sobrevivem graças às excursões à serra do Mar e às relações sociais (casamento, visitas de parentes) e políticas que sempre envolveram todas as aldeias. As famílias que hoje vivem na periferia nunca pensaram, quando se instalaram, que isso significaria um certo comprometimento de seu território.

A reação dos Guarani da periferia frente à nova situação é a intensificação das práticas rituais. Parece que, uma vez dificultados no cotidiano o cultivo, a coleta, a caça, a pesca, enfim as atividades de subsistência, lhes sobrasse mais tempo ou só lhes restasse a prática dos rituais e o ensejo de viverem no seu paraíso (yvyju-mirĩ).

Os Guarani reconhecem, há um tempo incalculável, a serra do Mar como seu território tradicional. "A toponímia do litoral vem confirmar, a seus olhos, a tradição" (8). Guardam vivos na memória os relatos de viagem de seus antepassados e de seus contemporâneos, por essas bandas, nos quais são mencionados locais onde certos desaparecimentos comprovam que, efetivamente, alguns dentre eles conseguiram alcançar com vida o paraíso. As aldeias de Aguapeú (SP), Serrinha (SP), Parati Mirim (RJ) e Ilha Grande (RJ),

embora atualmente inexistentes, fazem parte de seu território, e se lhes for permitido, conforme é sua vontade e sob a orientação divina, os Mbya, num tempo indefinido, as recriarão.

— Não basta, contudo, a localização estratégica da aldeia. Para chegarem ao paraíso precisam obter a plenitude (9) (*aguyje*), através da prática intensa dos rituais — a dança, o canto —, dos exercícios espirituais e da obediência às regras restritas de alimentação.

A serra do Mar vem a ser o local indicado para a realização dessa meta, pois reúne requisitos básicos: está próxima do mar, mas permite aos Mbya viverem nos montes, longe o suficiente para se protegerem de previsíveis cataclismas. Ao mesmo tempo oferece-lhes condições de viverem junto à mata, o que significa também fonte de alimento e onde podem ainda exercer seus hábitos alimentares, profiláticos e medicinais.

Atualmente, as migrações Mbya para a serra do Mar têm seu fundamento não apenas na busca da terra sem males mas, também, na busca das matas, ausentes nas reservas Guarani do Paraguai, Argentina e no sul do Brasil. A serra do Mar é, assim, um dos únicos redutos da fauna e da flora de que dispõem os Guarani e aquela que pode sintetizar seus ideais e atender as suas expectativas.

*"E por isso a nós,  
a nós, os pobres habitantes das matas,  
agora, agora, de agora em diante,  
será difícil misturar-nos.  
Não nos despojarão de nosso sistema  
porque, guaranis, Nosso dono  
nos deixou,  
Guaranis,  
para ser pequenos habitantes das matas,  
e já não temos mais matas;  
se não as compramos, já não teremos mais matas.  
E Nosso Pai, Nosso Pai, não as vendeu nunca;  
para alegria de todos, sem exceção, eram as matas." (10)*

A delimitação e o mapeamento das áreas Guarani, em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram recebidos com alívio, pois pôde-se contribuir para assegurar o que lhes sobrou da serra do Mar: um pequeno e picotado território descontínuo, onde para ir de uma aldeia a outra, cada vez mais, é necessário — que perdoem os Mbya — o milagre da levitação (sobre estradas, edifícios, loteamentos). Desse modo, foram propostas áreas e justificada a temporalidade dessas aldeias hoje reconhecidas à custa de provas inúteis e de argumentos muitas vezes sem sentido para os Mbya.

Em face desse mapeamento disforme pode-se dizer que os Mbya são o exemplo mais significativo dos absurdos cometidos contra a geografia dos povos indígenas. Suportamos graças à sua tenacidade e, à perspectiva de um horizonte jamais inatingível e à consciência de que seu território é incomensurável.

*"Eu irei às ruínas de Santa Maria,  
irei ao Brasil;  
não há nada que possa me deter,  
não há nada que possa me deter,  
nem o bom dinheiro  
nem o dinheiro em ouro poderá me deter.  
Eu antes chamava ao dinheiro simples papel;  
agora já não tenho medo ao dinheiro..." (11)*

(7) O que vem confirmar que os lugares escolhidos pelos Guarani possuem certas constantes e condições particulares, conforme explica Padre Bartolomeu Meliá: "o mapa cultural Guarani se sobrepõe a um mapa ecológico que, se não é de todo homogêneo, tampouco quebra certas constantes ambientais." MELIÁ, B. op. cit.

(8) LADEIRA & AZANHA. Op. cit., p. 21.

(9) Idem, ibidem.

(10) MARTINEZ, P. A. *El canto resplandeciente*; Plegarias de los Mbya-Guarani de misiones. Buenos Aires, Ed. del Sol, 1984.

(11) Idem, ibidem.